

▶ MAPBIOMAS

Em 18 anos, Brasil perdeu 33% de áreas naturais

Geral 10 ▲

▶ RANKING

AM é o estado mais competitivo do Norte

Economia 6 ▲

▶ LIBERTADORES

Fla em vantagem no jogo pelas 4ª

Esporte 8 ▲

EM TEMPO

TRADIÇÃO E CREDIBILIDADE

R\$ 1,00

ANO XXXIII - Nº 11.267 - Manaus, quinta-feira, 22 de agosto de 2024 | Presidente de Honra: Otávio Raman Neves

Amazonense está endividado

Levantamento feito pela Serasa, mostra que mais de 1,5 milhão de pessoas no Amazonas não conseguem pagar suas dívidas, ficando inadimplentes com os credores. Esses dados são referentes ao mês de julho, porém, no mês anterior, o número de endividados também estava acima de um milhão de amazonenses.

Economia 6 ▲



▶ SENADO

Proposta pode reverter inelegibilidade de Bolsonaro

Política 4 ▲

▶ HUMAITÁ

PF e garimpeiros entram em confronto

Últimas 2 ▲

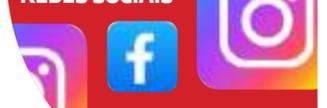


▶ FRANCISCA MENDES

Hospital fará cirurgias cardíacas à distância

Dia a Dia 7 ▲

ACOMPANHE TAMBÉM PELAS REDES SOCIAIS



Última hora

EMTEMPO | redacao@emtempo.com.br | Leonardo Sena

Ação da PF contra garimpo ilegal 'incendeia' Humaitá

Garimpeiros atearam fogo, na entrada do porto da cidade, em confronto com policiais federais

Em Tempo

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram um confronto entre garimpeiros e agentes da Polícia Federal (PF), em Humaitá (distante 591 quilômetros de Manaus), nesta quarta-feira (21).

Segundo informações preliminares, a "Operação Prensa", da PF e que conta com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), iniciou, na terça-feira (20), e já destruiu, em dois dias, 200 dragas de garimpo que estavam espalhadas pelo Rio Madeira.



Agentes da PF estão no município para combater a atividade de garimpo ilegal e já destruíram 200 dragas de garimpo

Na tarde desta quarta-feira, os agentes da PF foram atacados por garimpeiros no momento em que estavam atracando as embarcações em um porto do município. Durante a confusão, os

garimpeiros atiraram bombas e rojões para tentar destruir as lanchas da polícia, mas não conseguiram. O grupo também ateou fogo na entrada do porto. Já os agentes responderam com

tiros de balas de borracha, o que ocasionou na fuga dos garimpeiros. A previsão é de que operação dure pelo menos mais 10 dias.

O Em Tempo entrou em contato com a PF para

obter um posicionamento sobre o assunto, mas até o momento, não houve retorno.

Legalidade no Brasil

No Brasil, há 1.943 tí-

tulos para mineração de ouro validados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), mas apenas 185 - ou 9,5% - estão em conformidade com os critérios legais da atividade. A constatação é de levantamento feito pelo Portal da Transparência do Ouro, plataforma que reúne dados oficiais sobre os garimpos legais do metal.

Outra informação apresentada pelo levantamento da plataforma é que, do total de títulos validados, 1.202 são para atividades de pequeno porte, operadas por garimpeiros e não por indústrias da mineração.

Além disso, segundo o Portal Transparência do Ouro, dos 1.789 relatórios de lavra (RAL) identificados pela plataforma, foram feitos apenas 371 pagamentos da CFEM (Contribuição Financeira para Exploração Mineral), o imposto que incide sobre a atividade.

▶ VENEZUELA

Oposição de Maduro não reconhece perícia da Justiça

Em Tempo

A oposição venezuelana reunida na Plataforma Unitária - coalizão que apoiou o candidato Edmundo González - informou nesta quarta-feira (21) que não reconhece a competência da Sala Eleitoral do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) do país para resolver o impasse sobre a eleição presidencial de 28 de julho.

"A Sala Eleitoral do TSJ não pode atribuir-se as funções e faculdades do órgão eleitoral porque não lhes competem", diz o comunicado, acrescentando que o Supremo estaria violando a "separação dos Poderes [o Poder Eleitoral é separado do Poder Judiciário] e "invadindo o exclusivo dever do Conselho Nacional Eleitoral (CNE)".

O comunicado da oposição é divulgado enquanto aguarda-

da-se a sentença definitiva sobre a eleição do dia 28 de julho, que deve ser emitida nos próximos dias pelo Supremo venezuelano.

O comunicado da oposição acrescentou que seria "ineficaz e nula toda eventual sentença da Sala Eleitoral que possa validar a fraude eleitoral" e diz que, com isso, os magistrados do TSJ estariam "violando os direitos inalienáveis dos eleitorais e incorreriam em responsabilidade penal, civil e administrativa".

Ainda segundo o comunicado, assinado por Edmundo González, María Corina Machado e pela Plataforma Unitária, o CNE deve publicar as atas de escrutínios dos votos e reafirma que o vencedor da eleição foi Edmundo González, contrariando a proclamação do CNE que deu a reeleição à Nicolás Maduro.

Perícia TSJ

No domingo (18), magistrados do TSJ foram até o CNE para verificar se as atas entregues pelo Poder Eleitoral são as mesmas que estão na base de dados de totalização dos votos.

Além disso, o tribunal informou que já foram analisadas mais de 60% das atas com a presença de observadores nacionais e internacionais, entre eles, o Conselho de Especialistas Eleitorais da América Latina (Ceela) e o Observatório do Pensamento Estratégico para a Integração Regional.

Por outro lado, partidos de oposição reclamam que não foram convocados para participar da perícia e não sabem como ela tem sido realizada. O candidato Enrique Márquez, ao sair do TSJ nessa terça-feira (20), informou à imprensa que não conhece o processo.

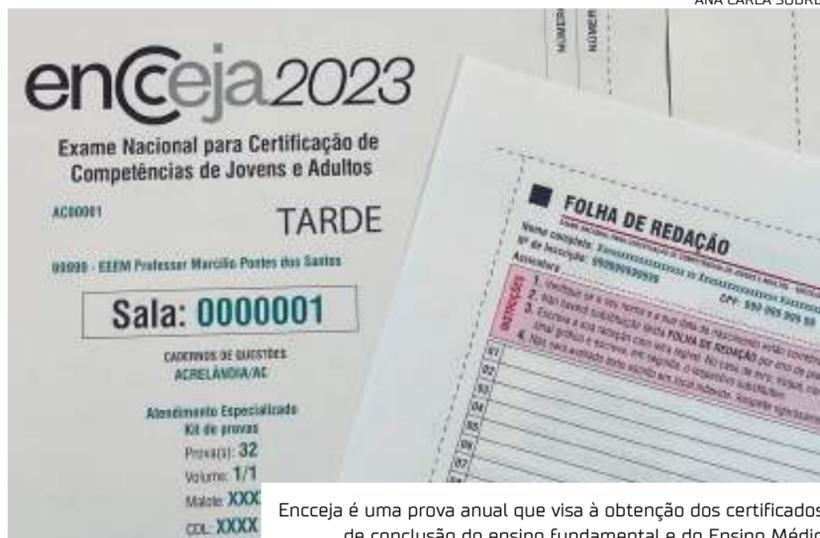


País aguarda sentença definitiva sobre resultado da eleição

▶ QUALIFICAÇÃO

Escola oferece curso preparatório gratuito e online para Encceja

ANA CARLA SODRÉ



Encceja é uma prova anual que visa à obtenção dos certificados de conclusão do ensino fundamental e do Ensino Médio

Da redação

A Escola da Legião da Boa Vontade (LBV) está oferecendo o curso preparatório gratuito e online para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) em 2024-2025. Podem se inscrever candidatos de todo o Brasil que estão na busca da certificação do ensino fundamental e médio.

A iniciativa, do Instituto de Educação José de Paiva Netto (FJPN), visa proporcionar uma oportunidade valiosa para todas as pessoas que, por algum motivo, não conseguiram concluir seus estudos na idade regular.

Os participantes serão capacitados para obterem sucesso no exame, permiti-

ndo-lhes dar continuidade em suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

As inscrições para o "Curso Preparatório para o Encceja 2024-2025" estão abertas e podem ser realizadas diretamente pelo link disponibilizado nas redes sociais da LBV.

Sobre o curso

O curso será realizado no período de setembro de 2024 a agosto de 2025 para pessoas a partir de 18 anos.

Mesmo que a pessoa não tenha concluído o ensino fundamental ou até mesmo não tenha estudado, ela poderá se inscrever diretamente para prestar a prova de conclusão do ensino médio.

As aulas serão ministradas por meio de videoaulas disponibilizadas na plataforma Teams.

Além disso, os alunos terão acesso a exercícios semanais e aulas ao vivo quinzenais, proporcionando interação direta com os professores para revisão, esclarecimento de dúvidas e correção das atividades.

Todo o curso é estruturado com base no material de orientações fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), o órgão responsável pela realização do exame.

Dessa forma, os alunos poderão se preparar de maneira adequada e focada nos conteúdos relevantes para o Encceja.



Gabriel Funichello

é advogado, formado pela Faculdade de Direito "Lauro de Camargo" (Unaerp) e sócio-fundador da Funichello Advogados.

Acidentes aéreos e as indenizações

Recentemente tivemos o trágico acidente aéreo envolvendo a companhia Voepass, que resultou na morte de 62 pessoas. A tragédia trouxe à tona questões muito importantes sobre a responsabilidade civil das empresas aéreas em casos como esse e também os direitos dos familiares das vítimas. Em algumas situações anteriores de grandes acidentes aeronáuticos no Brasil as indenizações e conflitos se estenderam por vários anos.

Primeiramente, é fundamental esclarecer que em situações de acidentes aéreos, as companhias têm uma responsabilidade objetiva. Isso significa que a empresa é legalmente responsável pelos danos causados aos passageiros, independentemente de culpa, ou seja, aquela responsabilidade de uma pessoa por um ato que causou dano a outra, e é um conceito central no Direito civil e Direito penal. Em outras palavras, a culpa está ligada ao conceito de que uma pessoa pode ser responsabilizada por suas ações ou omissões quando elas causem danos a terceiros.

A chamada responsabilidade objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor e na legislação aeronáutica impõe à companhia aérea a obrigação de indenizar os prejuízos sofridos pelas vítimas e seus familiares, sem a necessidade de provar falhas ou negligência por parte da empresa. Nesse contexto, as investigações sobre as causas do acidente com a Voepass são essenciais para identificar se houve falhas técnicas, humanas ou operacionais que possam ter contribuído para essa tragédia. No entanto, independentemente dos resultados dessas investigações, a Voepass tem a responsabilidade legal de compensar os danos causados às famílias das vítimas.

Os familiares podem buscar reparações por meio de ações judiciais, que visam indenizações por danos morais e materiais. Isso inclui a cobertura de despesas de funeral, por exemplo, perda de renda e principalmente o sofrimento emocional decorrente da perda de um ente querido. A responsabilidade objetiva da empresa garante que os direitos dos familiares sejam preservados, independentemente das circunstâncias específicas do acidente.

De acordo com o Relatório Anual do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), consolidado em 2022, no Brasil foram registrados 264 acidentes aéreos naquele ano. Desses, 17 foram classificados como acidentes graves (com vítimas fatais ou danos substanciais), e 247 deles considerados incidentes com menor gravidade. Nas falhas mais comuns constam erros de pilotagem, problemas mecânicos, e condições meteorológicas adversas. Vale frisar ainda que a principal causa de acidentes aéreos tem sido o erro humano, principalmente por falhas de julgamento e procedimentos inadequados.

Sempre é importante deixar esclarecido que, em caso de morte, em desastres aéreos, além do seguro de vida (cujo nome oficial é Reta Civil do Exploradores de Transporte Aéreo) já previsto na compra da passagem nas companhias aéreas ou contratos na aviação executiva, e que envolve as despesas preliminares, os familiares também podem entrar com uma ação judicial requerendo indenizações. Elas tratam de reparações por danos morais e materiais. No caso dos danos materiais, o ressarcimento calcula até o que a vítima fatal poderia receber ao longo de sua vida como produto do seu trabalho.

A indenização em caso de acidentes aéreos às vezes pode também ser muito morosa e desgastante como informou a imprensa na época. A queda há quase 28 anos do avião Fokker 100 da TAM, que aconteceu perto do aeroporto de Congonhas e levou a vida de 99 pessoas, é emblemático. Após a decolagem, dois minutos depois a aeronave caiu, destruindo oito casas no bairro Jabaquara, na Zona Sul de São Paulo. Além dos passageiros, três pessoas morreram no solo.

Os parentes das vítimas ficaram 11 anos esperando receber uma indenização compatível com a perda, porém as propostas eram muito aquém do que era a importância pretendida. Não houve acordo entre as partes e o litígio só foi decidido na Justiça. Na época, o valor da indenização para danos morais foi de 333 salários mínimos, o equivalente hoje a R\$ 470,2 mil. O Tribunal de Justiça de São Paulo sentenciou a indústria Northrop Grumman Corporation, fabricante da peça defeituosa que gerou o acidente, a indenizar as famílias de vítimas daquele desastre.

Posteriormente a queda do Fokker 100 da TAM, as pressões de familiares para mudar regulamentações de segurança e ressarcimentos na aviação civil foi tão crescente e incisiva que a Superintendência de Seguros Privados (Susep), ligada ao governo federal, fez uma consulta pública visando modificar alguns dispositivos legais. Uma das cláusulas da legislação, por sinal, agora dispõe que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como organismos de controle de tráfego aéreo, precisam obrigatoriamente ser avisados de imediato pelos operadores de seguro no caso de inadimplência do pagamento do 'Reta' (seguro de acidente com avião). Assim sendo, nesta situação tanto as aeronaves de linhas aéreas quanto as executivas de locação ficam impedidas de decolar.

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos



"Veja o tamanho do poder que botamos na mão de uma única pessoa"

Damares Alves (Rep-DF) após denúncias de atuação 'fora do rito' de Alexandre de Moraes

STF recua e estraga plano de Lula de se apropriar das emendas

Tanto barulho por nada: sob ameaça de propostas que limitam decisões monocráticas e dão ao Congresso o poder de revisão de suas sentenças, tanto quanto interfere nas decisões dos outros Poderes, o Supremo Tribunal Federal recuou, abandonando o plano para Lula retomar o poder de liberar emendas parlamentares. Após o regabofe, uma nota oficializou o acordo pelo qual tudo continua como era: até emendas pix continuam, e impositivas. E ficam "para depois" medidas enquadrando o STF.

Lorota incorporada

Para os ministros do STF não ficam mal, a nota incorpora a lorota de que a liberação das emendas será "transparente" e "rastreadável".

Sempre foi assim

As emendas parlamentares são pagas pelo Tesouro Nacional e nunca sai dali um único centavo sem regras transparentes e rastreabilidade.

Amigos do alheio

Lula deixou claro nas reuniões de segunda-feira que o objetivo era se apropriar das emendas e "atrelar" suas verbas a programas do governo.

Vai que é tua

Causador de toda confusão, Lula caiu fora do regabofe. Deixou aliados do STF no "mano a mano" com a turma do Congresso. Deu no que deu.

Plano de Lula era usar emendas para bancar obras do governo

Para "solucionar" o impasse criado pelo Supremo a seu pedido, Lula pretendia "atrelar" as emendas parlamentares a programas do governo, como revelou em reuniões no Planalto, segunda (19). Era seu objetivo desde quando Rui Costa (Casa Civil) passou maus bocados na Comissão de Infraestrutura do Senado, em 30 de abril. Os senadores o mandaram às favas ao descobrirem que a ideia era bancar o "novo PAC" com recursos de Estados e Municípios e... de emendas parlamentares.

Pegar ou largar

Como na taxação das folhas de pagamento, Lula deu truço, seu jogo favorito: sem votos no Congresso, usa o poder no STF.

PAC empacado

Precisando conter gastos para se aproximar da meta fiscal, o governo não tem como financiar o PAC, a menos que usem dinheiro dos outros.

Aqui, não, violão

Ainda sem nada entregar, Lula pagou mico dias atrás "inaugurando" obra 100% bancada pelo Estado. O governador Jorginho Melo nem apareceu.

Ministro não sabe o que diz

Alexandre Silveira (Minas e Energia) enviou ofício à Aneel ameaçando intervir na agência de energia elétrica por "inércia" etc. Ele não sabe, mas o artigo 3º da lei 13.848, estabelece que não há tutela ou subordinação, e que só o Senado e o TCU podem fiscalizar agências.

Sentença perpétua

Rodrigo Pacheco, omissivo, não presidiu a sessão de solidariedade ao colega Marcos do Val (Pode-ES), punido por Alexandre de Moraes com multa impagável de R\$50 milhões. Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou que é pena mais severa do que de bandidos tipo Beira-Mar e Pablo Escobar.

Já foi democracia

Ex-vice-presidente, Hamilton Mourão (Rep-RS) disse no Senado ver com clareza que direitos individuais mais elementares "estão completamente à mercê das preferências subjetivas de poderosa autoridade de Estado".

Previsão frustrada

O deputado Maurício Marcon (Pode-RS) chegou a prever "reação feroz do centrão, com desfecho imprevisível", caso o governo e o STF forçassem a barra para manter a suspensão de emendas parlamentares.

Quem legisla

Bibo Nunes (PL-RS) defende emendas impositivas, "que são constitucionais", e espera aprovação da PEC dando ao Congresso o poder de revisar decisões do STF. "Quem legisla é o Legislativo", avisa.

Ativismo cega

O chefe de "Políticas Digitais" de Lula adotou a fake news de que

o X não dava lucro e que Elon Musk fechou sua representação, afundando o Brasil no descrédito mundial, por razões eleitorais.

Momento verdadeiro

Aglomerando dos Três Poderes no STF, para discutir a relação após a suspensão das emendas parlamentares, fez todas as negociações e votações serem abandonadas para resolver o que importa: o bolso.

Mercadante no mercado

Nos últimos anos, o BNDES bateu recorde de gastos com propaganda em 2018, R\$41 milhões. Naquele ano, torrou R\$8,6 milhões entre janeiro e julho. Em 2024, no mesmo período, a conta já está em R\$32,4 milhões.

Pensando bem...

...em política, vale até falar mal da mãe, só não pode mexer no bolso.

Poder sem Pudor Desafiá-lo era um perigo

Itamar Franco disputou o Senado pelo MDB, em 1974, contra José Augusto de Castro, da Arena. O horário gratuito era ao vivo e Castro vivia desafiando Itamar para debater, mostrando uma cadeira vazia. "Não fuja, Itamar", provocava. Um dia, quando o locutor da Arena repetia o desafio, Itamar invadiu o estúdio e se sentou na cadeira: "Vim para o debate." Pânico geral. Castro viu tudo pela TV e foi correndo para o debate, que, é claro, virou bate-boca. O TRE tirou o programa do ar, enquanto - reza a lenda - Castro corria atrás de Itamar, cabo de vassoura em punho.



EMTEMP
FUNDADO EM 1987, ONLINE DESDE 1999

**NEW SCREEN PUBLICIDADE
LTD AÉPP**

**Endereço: Rua Dr. Dalmir Câmara,
nº 623, São Jorge - CEP: 69.033-070
Manaus/AM**

**Presidente de Honra
Otávio Raman Neves**

**Diretor de Redação
Márcio Azevedo**

FALE CONOSCO

Assinatura Comercial

(092) 98859-0110

Redação Circulação

Proposta pode reverter inelegibilidade de Bolsonaro

DIVULGAÇÃO

Especialistas dizem que relatório abre brecha que pode beneficiar ex-presidente

Da redação

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, na quinta-feira (21), uma proposta que altera regras para a aplicação da inelegibilidade de políticos e que, segundo especialistas, pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O foco principal da proposta, segundo os senadores, era diminuir o período em que políticos condenados ou cujos mandatos foram cassados ficam sem os direitos políticos.

Apesar de a legislação atual falar em inelegibilidade por oito anos, em muitos casos a pena é alargada, já que o prazo só passa a contar após o trânsito em julgado dos processos.

Uma brecha no projeto de Lei, porém, altera os casos em que a Justiça Eleitoral pode condenar políticos à inelegibilidade.

O texto aprovado fala que a perda do direito político só será permitida quando o condenado por abuso de poder econômico ou político tiver comportamentos que possam "implicar a cassação de registros, de diplomas ou de mandatos".

Bolsonaro e o ex-ministro Braga Netto foram condenados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela prática de abuso de poder político, no caso dos ataques às urnas em encontro com embaixadores; e econômico, pelo uso eleitoral das comemorações do Bicentário da Independência, em 7 de setembro de 2022.

O ex-presidente não teve cassado seu registro de can-



Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou proposta sobre inelegibilidade de políticos

didatura — não sofreu também perda do diploma nem do mandato, já que não foi eleito. Segundo a decisão do TSE, a cassação só não ocorreu pelo fato de a "chapa beneficiária das condutas abusivas não ter sido eleita".

O advogado Márton Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, disse que a forma como a proposta foi escrita pode abrir brechas para que Bolsonaro tente anular a inelegibilidade na Justiça.

A reversão não será automática caso a proposta seja aprovada. Ela precisaria ser solicitada pela defesa do ex-presidente ao TSE, que analisaria a situação diante das mudanças na legislação.

"No caso do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado por abuso de poder político

nas eleições de 2022, a inelegibilidade atual não implicou em cassação de registro ou diploma, uma vez que ele perdeu a eleição. Sob a nova redação, Bolsonaro poderia recuperar sua elegibilidade", afirmou Márton.

Ele destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a inelegibilidade "não é pena" e que, por isso, pode se "submeter ao princípio da retroatividade".

"Assim, caso o PLP 192/2023 seja aprovado como passou pela Câmara e pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Bolsonaro poderá pleitear registro de candidatura na eleição presidencial de 2026", disse.

O advogado Renato Ribeiro de Almeida, coordenador acadêmico da Academia Brasilei-

ra de Direito Eleitoral e Político (Abradep), afirma que o projeto de Lei "muda radicalmente alguns entendimentos acerca da Lei da Ficha Limpa".

"A partir dessa reflexão, é necessário entender se a sociedade brasileira defende afrouxar algumas regras da Lei da Ficha Limpa. Estamos falando de uma Lei que partiu da iniciativa popular. E também é importante avaliar se isso não é só uma tentativa casuística de promover a eventual candidatura do ex-presidente Bolsonaro", disse Renato.

Para o advogado, não é ideal que o Congresso discuta mudanças na legislação eleitoral tão próximo do pleito municipal, por mais que as mudanças não afetem diretamente as disputas de 2024.

"As pessoas estão interessadas na legislação eleitoral. Estamos em campanha municipal, e o Congresso Nacional vai discutir um tema desses, que tem repercussão sobre a nossa democracia, em cima de hora, sem a devida maturação e análise", afirmou.

O advogado Luciano Santos, diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), avalia que a reversão da inelegibilidade de Bolsonaro seria difícil no TSE. "A sentença do TSE é bem clara quanto a [conduta do ex-presidente] ser grave e só não cassa o registro porque ele não foi eleito", disse.

"Não creio na exclusão pura e simples [da inelegibilidade]. Creio que poderá ser uma discussão sobre isto, mas

sempre o TSE depende da composição da turma", afirmou Luciano.

O advogado diz ainda que a proposta em análise no Senado é uma afronta à sociedade porque não trata com a seriedade devida mudanças numa legislação criada com relevante popular.

"[A Lei da Ficha Limpa foi] aprovada na Câmara e no Senado por unanimidade e confirmada pelo STF, com o apoio da sociedade e com mais de 1.600.000 assinaturas, [pode ser] alterada por um projeto de Lei votado em ambas as Casas em ritos de urgência, de forma virtual, sem ao menos se criar uma comissão especial para debater o assunto, desrespeitando a vontade popular e atropelando os ritos", disse Luciano.

ELEIÇÕES 2024

Dobra o número de municípios com candidato único à prefeitura

DIVULGAÇÃO

O número de municípios onde há apenas um candidato disputando a prefeitura dobrou na eleição deste ano.

De 108 cidades com candidaturas únicas em 2020, o Brasil terá neste ano 214 municípios com apenas um candidato.

É o maior número de candidaturas únicas das últimas sete eleições, quando começou essa série histórica, no ano 2000. Esses dados foram sistematizados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Na avaliação do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a hipótese mais provável é que os desafios de candidaturas em pequenas cidades desestimulam as pessoas a disputar essas prefeituras.

"Não falo apenas da falta de recursos financeiros e de apoio técnico. As dificuldades incluem questões burocráti-

cas e entraves jurídicos, que tornam a vida pública muito penosa na ponta", destacou.

A média populacional das cidades com candidato único é 6,7 mil habitantes. Rio Grande do Sul (43), Goiás (20) e Mato Grosso (9) são os estados com maiores números de candidaturas únicas.

Ainda de acordo com o CNM, o total de candidaturas nesta eleição caiu 20%, de 19,3 mil em 2020 para 15,4 mil em 2024.

Dois candidaturas

O número de municípios com até dois candidatos ao cargo de prefeito cresceu nesta eleição. Em 2020, eram 38% dos mais de 5,5 mil municípios do país.

Agora, 53% dos municípios brasileiros têm até dois candidatos disputando a prefeitura, segundo levantamento do Ins-

tituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O estudo do Inesc destacou ainda que cerca 1,6 milhão de brasileiros ficarão sem direitos a uma escolha a prefeito por viverem em cidades com candidaturas únicas.

"Isso representa cerca de 0,8% da população brasileira", afirmou. Enquanto isso, outros 35,7 milhões terão que escolher entre apenas duas candidaturas.

A assessora política do Inesc, Carmela Zigoni, avaliou que o número de mais da metade dos municípios com até duas candidaturas representa pouca opção aos eleitorais.

"A baixa representatividade também é nociva, pois isso pode reforçar dinâmicas de poder já estabelecidas, comprometendo a diversidade de ideias e novas propostas

políticas para a melhoria das cidades", ponderou.

Em relação às candidaturas únicas, prevalece o perfil do candidato homem (88%), de cor branca (74%) e de partidos ligados à direita (57%).

Na avaliação do Inesc, a polarização entre esquerda e direita, mais evidente nos níveis estadual e federal, não se manifesta com a mesma intensidade nas disputas municipais.

Já a CNM aponta que 47% dos candidatos únicos declaram como ocupação "prefeito" e 11% "empresário".

Em terceira posição, vem a ocupação "agricultor" com 7% do total dos candidatos únicos. Enquanto isso, MDB (24%), PSD (16%), PP (13%) e União (11%) dominam as candidaturas únicas. Por outro lado, PT concentra 5% das candidaturas únicas e PL 7%, ainda segundo a CNM.



Brasil terá neste ano 214 municípios com apenas um candidato

Candidaturas ligadas à religião crescem 225% em 24 anos

Quantidade de candidatos com identidade religiosa representa 1,6% do número total inscritos nas eleições este ano

Da redação

O número de candidatas vereadoras e prefeitas que usam de forma explícita uma identidade religiosa em seus nomes de campanha cresceu cerca de 225% ao longo de 24 anos.

Em um levantamento inédito, o Instituto de Pesquisa e Reputação de Imagem (IPRI), da FSB Holding, coletou dados do portal de estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das últimas sete eleições municipais, entre 2000 e 2024.

A pesquisa mostra que o ritmo de crescimento de candidaturas com viés religioso é 16 vezes maior que o de aumento do total de candidaturas nos pleitos locais.

Em 2000, o número de candidaturas com identidade religiosa foi de 2.215, em termos absolutos. Já em 2024, chegou a 7.206 (+225%).

Nesse mesmo intervalo de 24 anos, o número total de candidaturas subiu 14%, passando de 399.330, em 2000, para 454.689 nas eleições municipais deste ano.

Em 2000, o número de candidaturas com identidade religiosa representava 0,55% do total, enquanto nas eleições deste ano elas representam 1,6% do número total de candidatos inscritos.

Para chegar a esses números, o IPRI analisou os nomes de todos os candidatos e candidatas ao longo dos pleitos.

A pesquisa aplicou filtros de religiões evangélicas, ca-



DIVULGAÇÃO

Nomes evangélicos são os mais recorrentes nas urnas

tólicas e de matriz africana para identificar os vínculos diretos com as candidaturas.

Entre as palavras usadas, estão: pai, mãe, pastor, pastora, missionário, missionária, bispo, bispa, apóstolo, apóstola, reverendo, irmão, irmã, padre, babalorixá, ialorixá, ministro, ministra, ogum, exú, iansã, iemanjá, obaluê, oxalá, omulu, oxóssi, oxum, oxumaré e xangô.

O recorde de candidaturas religiosas, no entanto, foi registrado há quatro anos, nas eleições municipais de 2020, quando houve 9.196 concorrentes, entre candidatas a prefeitos e vereadores.

No entanto, nesse mesmo pleito, havia cerca de 100 mil candidatos a mais, em números absolutos totais, chegando a 557.678 nomes inscritos.

A queda no número de candidaturas reflete os efeitos do fim das coligações proporcionais, distribuição de recursos do fundo eleitoral, organização dos partidos em federações e custos de campanhas.

“Os dados deste levantamento demonstram um forte aumento do apelo da religião na política. Ao longo do tempo,

o número de candidatos que adotam denominações religiosas no nome que vai na urna cresceu muito mais do que o volume total de candidatos nas eleições municipais”, afirma Marcelo Tokarski, sócio-diretor do Instituto de Pesquisa e Reputação de Imagem (IPRI).

“Mas é importante ressaltar que isso não significa necessariamente um aumento dos candidatos religiosos que serão eleitos, porque isso depende, entre outras coisas, da atuação dos partidos e da distribuição de recursos de campanha”, pondera.

Evangélicos à frente

Os nomes de candidatos com títulos relacionados à religião evangélica são a maioria esmagadora das candidaturas com identidade religiosa apuradas no levantamento do IPRI/FSB.

Nas eleições deste ano, os termos mais recorrentes são: pastor (2.856), irmão (1.777), pastora (862), irmã (835) e missionária (247).

Juntos, eles somam 6.557 candidaturas, o que dá mais de 91% do total de candidaturas identificadas com alguma religião.

Essa representatividade é ainda maior considerando outros termos associados aos evangélicos que aparecem em nomes de candidaturas nas urnas, como missionário (48), apóstolo (23) e ministro (três).

Termos como pai (106) e mãe (81), normalmente vinculados a nomes de religiões de matriz africana, apareceram nos resultados das candidaturas deste ano, mas em quantidade mais residual.

Nomes católicos de candidaturas, como padre (68), também apareceram na pesquisa ao longo dos anos, e no pleito deste ano, de forma recorrente.

Mobilização religiosa

A mobilização religiosa em campanha eleitoral é uma realidade histórica no Brasil, que cresceu ao longo das últimas décadas impulsionada por novos movimentos religiosos que buscam ocupar um espaço de representação institucional e de poder.

“Desde a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, com um país que garantia maior liberdade religiosa e o pluralismo religioso, novos mo-

vimentos religiosos passam a reivindicar mais espaço na relação com o Estado e com a política institucional que até então era monopolizado pela Igreja Católica. Era algo que era percebido com naturalidade, ninguém estranhava. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) inaugura ali, no início dos anos 1990, um novo modo de fazer política, convocando evangélicos não apenas a votar e a discutir política como também estabelecendo candidaturas oficiais apoiadas pela Igreja”, explica a antropóloga Livia Reis, pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora da Plataforma Religiosa e Política, do Instituto de Estudos da Religião (ISER).

Gradualmente, segundo a pesquisadora, esse modelo passa a ser seguido também por outras denominações religiosas evangélicas.

O modelo acompanha também um processo de participação política mais fisiológico, para garantir representação institucional em parlamentos, acesso a concessões públicas de canais de rádio e televisão.

O crescimento também tem como plano de fundo a defesa das chamadas “pautas morais”, que começam a ganhar mais centralidade a partir das eleições de 2010, quando o aborto entra no centro do debate.

“Se, por um lado, as candidaturas oficiais apoiadas por igrejas evangélicas continuam tendo bons resultados nas urnas, nem sempre elas mobilizam nome religioso nas urnas. Por outro lado, candidatos que não são religiosos passaram a se identificar como cristãos – assim, de modo genérico –, para comunicar ao eleitorado o conjunto de valores com os

quais ele se identifica ou então para pedir voto em igrejas de pequeno e médio portes, que não têm suas candidaturas oficiais. Também é importante lembrar que, nas eleições municipais, as dinâmicas locais nos territórios são muito valorizadas e, muitas vezes, precisam ser combinadas com uma identidade religiosa para que aquela candidatura seja vencedora no pleito”, analisa Livia Reis.

Eficiência eleitoral

Em uma ampla pesquisa sobre as candidaturas religiosas nas eleições municipais de 2020, o ISER analisou disputa por vagas em câmaras municipais de oito capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia.

Os dados produzidos foram obtidos por meio do monitoramento e da análise das mídias sociais de candidatos ao Legislativo dessas cidades e buscou identificar, entre mais de 10 mil candidaturas a vereador, aquelas que tinham algum vínculo ou identidade religiosa.

No total, foram contabilizadas 1.043 candidaturas com identidade religiosa nas oito capitais monitoradas.

“Assim, apesar de representarem, em média, 10,71% do total de candidaturas, ao final das eleições os candidatos com identidade religiosa passaram a ocupar, também em média, 51,35% das cadeiras de cada Câmara Municipal pesquisada. Os dados também demonstram que candidaturas que mobilizaram a religiosidade de forma direta durante a campanha foram mais votadas. Consequentemente, indica que a mobilização de aspectos religiosos e morais, de diferentes formas, é uma estratégia eficaz para a eleição de candidaturas”, diz um trecho do relatório da pesquisa.

EDUCAÇÃO

Projeto protege escolas rurais e indígenas de fechamento

Está em análise no Senado um projeto de Lei que estabelece critérios para o fechamento de escolas em áreas rurais e em comunidades indígenas e quilombolas.

Para o autor do projeto, senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), a proposta (PL 3.091/2024) busca assegurar que a educação, garantida como direito dessas populações, receba a devida atenção do poder público.

De acordo com o texto, o fechamento de escolas nessas comunidades só poderá ocorrer após a manifestação do órgão normativo do sistema de ensino, que deverá apresentar uma justificativa detalhada e um diagnóstico da situação.

Esse diagnóstico incluirá a análise do impacto peda-

gógico, social e cultural da medida, além de um estudo sobre a capacidade das escolas mais próximas de absorver os alunos afetados.

A consulta à comunidade escolar será obrigatória, garantindo que a decisão seja tomada com ampla participação dos moradores, em um processo que pode durar até 90 dias.

O projeto estipula que, caso o diagnóstico indique a necessidade de fechamento, a comunidade e os gestores terão um prazo de um ano para buscar soluções alternativas.

Somente após esse período, e na persistência dos problemas, o órgão de educação poderá prosseguir com o processo de fechamento.

Mecias de Jesus ressalta que, embora a educação seja um direito constitu-

cional, as populações do campo, indígenas e quilombolas enfrentam diversas dificuldades, sendo o fechamento de escolas uma das mais graves.

Ele destaca que a prática de fechar escolas frequentemente resulta em processos de “nucleação” que ignoram as especificidades culturais e sociais dessas comunidades, comprometendo a preservação de suas tradições e modos de vida.

O senador citou dados de estudo publicado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que indicam o fechamento de mais de 4 mil escolas do campo no Brasil entre 2018 e 2021, o que gera uma forte mobilização de organizações da sociedade civil em prol de uma legislação mais protetiva.



DIVULGAÇÃO

Escola municipal indígena em Boa Vista

Segundo Mecias, o objetivo do projeto é garantir que qualquer decisão de fechamento seja baseada em critérios rigorosos e que

as vozes das comunidades afetadas sejam ouvidas.

“Esses trâmites são necessários para evitar o fechamento discricionário, sem justificativa

adequada, de escolas que muitas vezes são o centro da vida comunitária das populações do campo, indígenas e quilombolas”, afirma Mecias.

Cresce o número de amazonenses inadimplentes

DIVULGAÇÃO

Cerca de 1,4 mil novas pessoas entraram para a lista no mês de julho

▼ Da redação

O mês de julho apresentou leve crescimento no número de inadimplentes no Amazonas, cerca de 1,4 mil novas pessoas entraram para a lista.

Em junho o número de inadimplentes no estado era de 1.549.693 milhão. Em julho foram contabilizados 1.551.170 milhão.

Os dados fazem parte do levantamento do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas da Serasa.

Apesar do aumento, outros indicadores apresentaram bons resultados, como o ticket médio de dívidas por inadimplente que apresentou queda de 1,8%, saindo de R\$ 4.662,06 em junho para R\$ 4.578,80 no mês seguinte.

Em relação aos segmentos com maior percentual de dívidas no Amazonas, o varejo aparece como o principal, 27,95%, seguido de cartões e bancos, com 25,68%, financeiras 14,63% e utilities (água, luz, gás), com 12,61%.

Comparado ao mês de junho houve queda de 0,71% nas dívidas com cartões e bancos e de 0,59% no setor de utilities. Já no varejo o aumento foi de 0,53%.

"O início do segundo semestre pode acrescentar novos gastos ao orçamento dos brasileiros. Alguns exemplos estão relaciona-



Mais 1,4 mil amazonenses entraram para a lista de inadimplentes em julho

dos ao recesso escolar e as férias de inverno, assim como despesas de matrícula e outras contas acumuladas dos primeiros meses do ano", explica a gerente da Serasa, Aline Maciel.

"Mesmo com aumento comedido, os indicadores reforçam a preocupação com a organização das finanças pessoais e a necessidade de iniciativas de negociação de dívidas", acrescenta.

O mapa da inadimplência

da Serasa mostra ainda que no Amazonas a maior parte das dívidas está concentrada na população entre 26 e 40 anos (35,8%), seguidos dos que tem entre 41 e 60 anos (35,1%), acima dos 60 anos (15%) e os que tem até 25 anos (14,1%).

Dados nacionais No Brasil, houve redução do valor médio dos débitos dos brasileiros em julho. A quantia atinge a marca de R\$ 5.373,46 e a diminuição é de R\$ 108,83, em relação a junho (R\$ 5.482,30).

Essa é a primeira queda em seis meses e a maior queda da série histórica, desde janeiro de 2020.

Os dados do principal indicador de inadimplência do Brasil ainda apontam leve crescimento no volume de endividados.

Depois da retração registrada nos últimos meses, julho apresentou um aumento de 136 mil consumidores no cadastro de negativação – aumento de 0,22%.

Apesar do crescimento no volume total de pesso-

as em situação de inadimplência, outros indicadores apontam melhoras.

O valor total das dívidas dos brasileiros, por exemplo, teve redução de 1,76%, cerca de R\$ 7 bilhões a menos (R\$ 390,5 bilhões). Da mesma forma, o ticket médio dos débitos por consumidor também caiu 1,99% – em julho, o valor figura em R\$ 5.373,46.

Os bancos e cartões de crédito seguem como principal segmento das dívidas, representando 28,44% do total de débitos no país.

Na sequência, aparecem as contas básicas de água, luz e gás, com 21,45%, e as financeiras, empresas que concedem crédito, mas não são bancos, com 17,81%.

Serasa Limpa Nome

Com mais de 700 empresas de diversos segmentos, como bancos, universidades, varejistas, telefonia e outros, a plataforma Serasa Limpa Nome oferece mais de 500 milhões de ofertas disponíveis para consumidores de todo o país.

► MELHOR COLOCAÇÃO

Amazonas lidera ranking de competitividade na região Norte

▼ Em Tempo

A 13ª Edição do Ranking de Competitividade dos Estados, divulgado na quarta-feira (21), revelou que o Amazonas lidera entre os estados do Norte do país com a melhor colocação.

Ocupando a 11ª posição, o estado subiu três colocações em relação ao ano anterior, onde ocupa o 2º lugar em Inovação, a 4ª colocação em Solidez Fiscal e 8º lugar em Eficiência da Máquina Pública.

De 2016 até 2024, o Amazonas subiu seis posições em média. O governador Wilson Lima comemorou o resultado nas redes sociais. "Seguiremos trabalhando para que o Amazonas avance e figure nos próximos anos entre os estados mais competitivos do país", disse.

Ranking de Competitividade

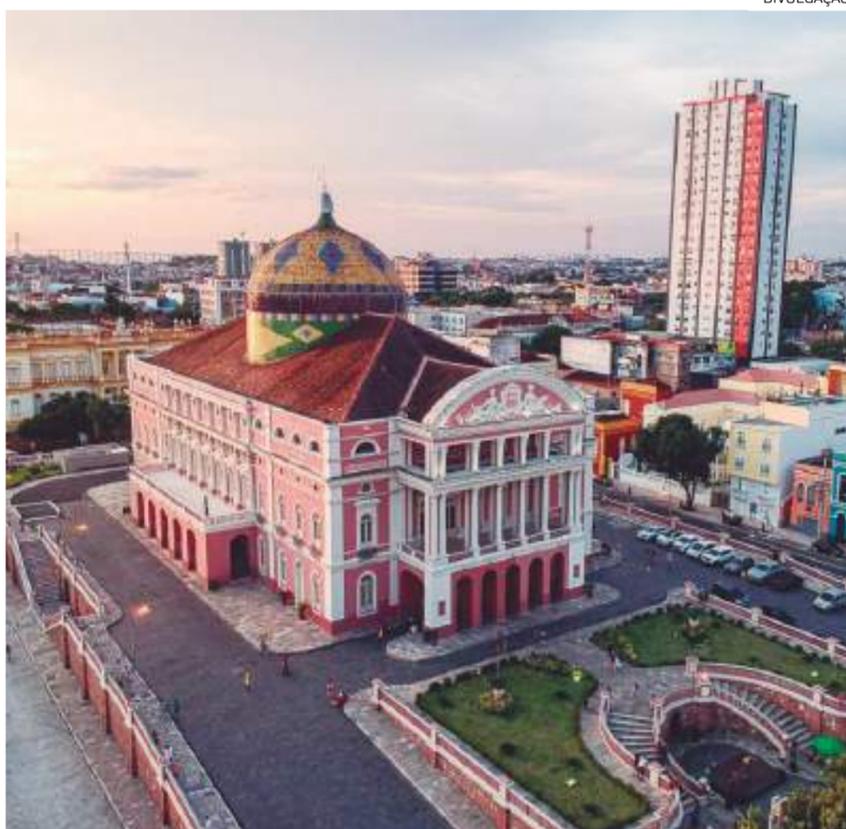
O Ranking de Competitividade dos Estados tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da Federação.

Ele traz para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o Ranking de Competitividade dos Estados pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do Ranking de Competitividade dos Estados, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados os indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.



De 2016 até 2024, o Amazonas subiu seis posições em média

DIVULGAÇÃO

Hospital de Manaus com telemedicina em cirurgias

DIVULGAÇÃO

Francisca Mendes quer implantar telemedicina para realização de cirurgias cardíacas em crianças

Em Tempo

Referência no atendimento de alta complexidade em cardiologia, a Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes (FHCFM) foi selecionada pelo Ministério da Saúde (MS) para integrar um projeto piloto que visa à implantação de estrutura de telemedicina para realização, à distância, de cirurgias cardíacas em crianças com cardiopatia congênita.

“É uma grande conquista, que vai permitir a ampliação da oferta desse tipo de cirurgia no Amazonas”, afirma a secretária de Estado de Saúde, Nayara Maksoud.

O hospital, que integra a estrutura da Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM),



Em junho, o Hospital Francisca Mendes recebeu a visita de equipes técnicas do MS e HCor

foi o único selecionado na região norte. O projeto é denominado ‘Apoio ao Desenvolvimento de Centros de Atendimento a Cardiopatas Congênitos’. Foi desenvolvido pelo Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universida-

de de São Paulo (InCor). Será executado pelo MS em parceria com a Associação Beneficente Síria do Hospital do Coração (HCor). Faz parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS).

De acordo com a secre-

tária Nayara Maksoud, o Hospital Francisca Mendes vai receber câmeras e microfones de alta resolução, que serão acoplados ao equipamento médico, no centro cirúrgico. As cirurgias serão realizadas pelos médicos da unidade, com o apoio da equipe do HCor,

em tempo real. Os cirurgiões do hospital paulista acompanharão os procedimentos por telão.

“Esse projeto, pioneiro no Estado, vem para fortalecer o trabalho já desenvolvido pelos nossos profissionais do Amazonas. O propósito, com essa ação, é ampliar o

acesso da população a esses procedimentos, reduzindo o tempo de espera para esse tipo de cirurgia, em todo o país e, consequentemente, salvando mais vidas”, destaca, ressaltando a expertise da equipe do HCor, que realiza cerca de 4 mil cirurgias ao ano.

Além do Francisca Mendes, também foram selecionados para o projeto piloto o Hospital Ana Nery, na Bahia, e o Hospital Infantil Albert Sabin, no Ceará. Ao todo, 18 hospitais da região norte e nordeste passaram pela avaliação.

Em junho, o Hospital Francisca Mendes recebeu a visita de equipes técnicas do MS e HCor, que avaliaram toda a estrutura e o trabalho desenvolvido. Para a diretora da FHCFM, Roberta Nascimento, a implantação do projeto vai fortalecer a capacidade de atendimento aos pacientes pediátricos em condições cardíacas complexas.

“A unidade se posicionará como referência, como centro de apoio ao desenvolvimento ao cardiopata congênito. É um sonho que se realiza”, comentou.

DOAÇÃO

Estoque crítico de leite materno em unidade

DIVULGAÇÃO



Todo o leite doado é analisado, pasteurizado e submetido a um rigoroso controle de qualidade antes de ser ofertado a uma criança

Em Tempo

O Posto de Coleta de Leite Humano da Maternidade Dr. Moura Tapajó (MMT) está com seu estoque em nível crítico e precisa de doações para continuar alimentando bebês internados na unidade e que não podem ser amamentados por suas mães.

A preocupação é não deixar de abastecer os recém-nascidos que estão na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da maternidade e que necessitam do lei-

te materno. Se a falta de doadoras persistir, o leite poderá começar a ser racionado para os bebês.

Toda mulher saudável que esteja amamentando pode se voluntária e ajudar a salvar a vida de vários recém-nascidos, inclusive aquelas que tiveram seus filhos em qualquer outra maternidade, pública ou particular.

Para doar, a mulher não precisa sequer sair de sua casa. A coleta domiciliar pode ser agendada por meio do telefone (92)

98842-8514 (somente mensagem de WhatsApp), de segunda a sexta-feira, em horário comercial, ou a doação pode ser realizada, presencialmente, na própria sede da maternidade, localizada na avenida Brasil, nº 1.335, bairro Compensa 1, todos os dias, das 8h às 17h.

O posto dispõe de automóvel com motorista exclusivamente para coleta de leite no domicílio das mães doadoras, buscando os vidros cheios e substituindo por vidros esterili-

zados, em dias e horários previamente acordados.

Números

Em 2023, o Posto de Coleta de Leite Humano, da MMT, contou com a colaboração de 77 mulheres, que, ao longo do ano, doaram 364.819 mililitros de leite materno. Setembro foi o mês com recorde de doações, com mais de 60.000 mililitros de leite recebidos, enquanto dezembro foi o pior mês de 2023, com apenas 17.570 mililitros de leite recebidos.

MOTOCICLISTA

Militar do Exército morre em acidente de trânsito

Da redação

Um militar do Exército, Matheus Souza da Silva, morreu, nesta quarta-feira (21), em um acidente de trânsito que envolveu dois carros e a motocicleta que ele pilotava, na estrada “Rapidão”, no Tarumã, Zona Oeste de Manaus.

O garupa da motocicleta, identificado com Marcos Adriano de Oliveira Carneiro, também soldado do Exército, ficou ferido.

Testemunhas relataram que a motocicleta derrapou na pista e colidiu com o canteiro central da via, lançando os dois ocupantes ao chão.

Matheus morreu no local, enquanto Marcos foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Mó-

vel de Urgência (Samu) e encaminhado para o Hospital João Lúcio. O estado de saúde dele é estável, segundo o Exército.

Um carro modelo Mobi, que parou para ajudar as vítimas, foi atingido por outro veículo, modelo Siena.

O Instituto Médico Legal (IML) foi chamado para realizar a remoção do corpo.

A organização militar à qual pertencia o militar está prestando o devido apoio à família enlutada.

O Comando Militar da Amazônia manifesta o profundo pesar e informa que está colaborando com as investigações conduzidas pelas autoridades competentes,

para esclarecer todas as circunstâncias do acidente.

DIVULGAÇÃO



Acidente aconteceu* no “Rapidão”, na Zona Oeste de Manaus

Fla defende vantagem 'perto do céu' em La Paz

MARCELO CORTES/CRF

Rubro-Negro visita o Bolívar, por vaga nas quartas da 'Liberta', a 3.600 metros acima do nível do mar

▼ Em Tempo

Bolívar e Flamengo se enfrentam, nesta quinta-feira (22), às 20h30 (horário de Manaus), no estádio Hernando Siles, em La Paz, que fica 3.600 metros acima do nível do mar. O duelo é válido pela partida de volta das oitavas de final da Copa Libertadores. Naida, no Maracanã, o Flamengo fez 2 a 0 e agora tenta defender a vantagem na altitude boliviana.

Mesmo com dois gols à frente, o Rubro-Negro chega a La Paz em um momento conturbado após perder por 4 a 1 para o Botafogo no domingo (18). O time comandado por Tite vai precisar jogar sem titulares, que ficam fora por lesão.

O atacante Cebolinha e o lateral-esquerdo Viña passaram por cirurgia e não jogam mais em 2024; Wesley e Arrascaeta sentiram a coxa no duelo contra o Botafogo e não estão em condições de atuarem; no ataque, Pedro e Gabigol estão fora após sentirem no jogo de ida.

Nos últimos cinco jogos, o Flamengo venceu apenas um, contra o próprio Bolívar na ida, e mesmo com a vitória, o desempenho foi criticado e o placar foi considerado curto para uma equipe que ainda precisa ir a La Paz para se classificar.

Já o Bolívar é o líder do campeonato nacional e conseguiu não ser goleado pela equipe Carioca, o que facilita



Novidade do time rubro-negro para a partida é a entrada de Léo Ortiz no meio-campo

o trabalho para o jogo de volta em casa diante de sua torcida. No último jogo antes do confronto, o clube boliviano poupou alguns atletas e tropeçou com o San Antonio, da parte de baixo da tabela do campeonato.

Escalção do Mengo

Tite definiu o Flamengo que enfrenta o Bolívar no treino desta quarta-feira (21). A novidade é a entrada de Léo Ortiz no meio-campo. A provável escalação é: Rossi; Varela, Fabrício Bruno, Léo Pereira e Ayrton Lucas; Pulgar, Léo Ortiz, De la Cruz e Gerson; Luiz Araújo e Carlinhos.

Luiz Araújo e De la Cruz, desfalques contra o Botafogo, voltam e serão titulares. Relacionado para a viagem, Bruno

Henrique começa a partida no banco.

Depois de vencer o jogo de ida por 2 a 0, o Flamengo pode até perder por um gol de diferença. Se for derrotado com saldo negativo de dois, a vaga será decidida nos pênaltis.

Retrospecto

O retrospecto do confronto é equilibrado: são sete jogos, três vitórias para cada lado e um empate. As equipes se enfrentaram na fase de grupos, em La Paz, e o time mandante levou a melhor por 2 a 1; no Maracanã, 4 a 0 para o Flamengo.

O Bolívar nunca perdeu para o Rubro-Negro em La Paz, são três vitórias, mas precisa de

um feito inédito: uma vitória por três gols de diferença para avançar sem a necessidade de disputa de pênaltis. Caso vença por dois gols, o que já aconteceu, a vaga para enfrentar Peñarol ou The Strongest será decidida em cobranças de pênalti.



▶ ZONA LESTE

Pelci chega ao Campo do Vermelhão, no bairro Mauzinho

DIVULGAÇÃO



Pelci está presente em 64 núcleos na capital, abrangendo mais de 17 modalidades esportivas

▼ Em Tempo

O Programa Esporte Lazer na Capital e Interior (Pelci) será implementado no bairro Mauzinho, Zona Leste de Manaus, ampliando as oportunidades de inclusão social na região. A região ganhou um novo espaço para prática esportiva com a revitalização do Campo do Vermelhão, entregue na terça-feira (20). O Pelci atenderá 150 crianças e adolescentes do bairro

A importância do Pelci na capital e interior do estado vai além do esporte, impactando diretamente a vida de jovens e suas famílias. Para Águita Fabiane, dona de casa e mãe de um menino de 11 anos que irá fazer parte do programa, o impacto é claro.

"É um espaço muito bom

para as crianças, tirá-las da rua. E o projeto também, o Pelci vai beneficiar as nossas crianças daqui da nossa comunidade", disse Águita.

A revitalização do Campo do Vermelhão também é um marco para os moradores do Mauzinho. Com investimentos de R\$ 642 mil, as melhorias no espaço, realizadas pela Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), incluem a substituição de cercas, alambrados, e gradis, além da recuperação da alvenaria e a instalação de um portão de correr. A pintura geral do campo, incluindo as grades e travess de futebol, conferiu um novo aspecto ao local, que agora está apto a receber eventos esportivos e sociais.

O industrial Cláudio Souza, morador do bairro há 40

anos, vê a revitalização como uma transformação positiva para a comunidade. Ele é pai de um menino de 10 anos. A partir de agora o jovem também será integrado ao programa.

"Está bacana porque aqui era um espaço que estava meio caído, mas agora o governador fez um bom negócio aqui", disse Cláudio.

Investimento

Desde 2021, o Governo do Amazonas já investiu mais de R\$ 20 milhões na construção e revitalização de espaços esportivos, com 22 inaugurações realizadas na capital e no interior. Esses espaços revitalizados não só oferecem infraestrutura adequada para a prática de esportes, mas também funcionam como

centros de convivência e interação social, alinhando-se à visão do Pelci de fortalecer a segurança pública, a educação e a saúde por meio do esporte.

O Pelci está presente em 64 núcleos na capital, abrangendo mais de 17 modalidades esportivas, o que permite uma ampla participação de jovens em diferentes disciplinas, incentivando o talento esportivo e a integração social. No Mauzinho, o programa representa um importante passo na promoção do esporte como ferramenta de transformação social, proporcionando aos jovens não apenas lazer e atividade física, mas também um caminho para a construção da cidadania e a prevenção de comportamentos de risco.



EM MANAUS, ONDE TEM TRANSFORMAÇÃO TEM

O GOVERNO DO AMAZONAS.

O **Auxílio Estadual** é o maior programa de transferência de renda da história do Amazonas. Todos os meses, 300 mil famílias amazonenses em situação de vulnerabilidade recebem R\$ 150,00 para ajudar a garantir a segurança alimentar, tanto no interior quanto na capital. **Em Manaus, 157,8 mil famílias estão contempladas** com o benefício. O **Governo do Amazonas está cuidando da nossa gente** para que todos tenham uma vida mais digna.

AUXÍLIO ESTADUAL
157,8 MIL
FAMÍLIAS
BENEFICIADAS EM MANAUS



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

TRABALHO QUE TRANSFORMA

Dos 110 milhões de hectares de vegetação nativa suprimida, 55 milhões de hectares foram na Amazônia

Brasil já perdeu 33% de áreas naturais

GETTY IMAGES

Da redação

A cobertura e o uso da terra pela ação do homem no Brasil continuam a mudar aumentando os riscos climáticos, aponta um mapeamento divulgado, nesta quarta-feira (21), pela MapBiomas. De acordo com o estudo que analisa dados de 1985 a 2023, o país já acumula um saldo negativo de 33% das áreas naturais de seu território, que incluem a vegetação nativa dos biomas, superfície de água e áreas naturais não vegetadas, como praias e dunas.

"A perda da vegetação nativa nos biomas brasileiros tende a impactar negativamente a dinâmica do clima regional e diminui o efeito protetor durante eventos climáticos extremos", explica o coordenador geral do MapBiomas, Tasso Azevedo.

Nos últimos 39 anos, o Brasil perdeu 110 milhões de hectares dessas áreas, o que equivale a 13% do território do país, os outros 20% já haviam sofrido mudança anteriormente. Esse resultado também leva em consideração o mapeamento de vegetação nativa recuperada a partir de 2008, quando o Código Florestal foi regulamentado pelo Decreto nº 6.514 que estabeleceu mecanismos de sanção e compensação por danos ambientais.

Dos 110 milhões de hectares de vegetação nativa suprimida, 55 milhões de hectares foram na Amazônia, 38 milhões de hectares no Cerrado, a Caatinga perdeu 8,6 milhões de hectares e 3,3 milhões de hectares perdidos estão no Pampa.



Pesquisadores chegaram à conclusão de que o Brasil manteve até 2023 apenas 64,5% da vegetação nativa

Municípios

Enquanto no território de 37% dos municípios brasileiros houve ganho de vegetação nativa, 45%, ou seja, quase metade dos 5.570 municípios do país tiveram saldo negativo na cobertura de área natural no período. Os outros 18% se mantiveram estáveis entre 2008 e 2023, ou seja, o saldo entre o ganho e perda das áreas naturais foram menores que 2% ao longo do período.

"A vegetação secundária já está classificada como floresta, incluída na área nativa em 2023. Então, ele pode ter sido desmatada ou teve uma queima severa e foi mapeada como pastagem, mas depois

que ela recupera ela volta a ser considerada como floresta", informou o coordenador técnico da Mapbiomas, Marcos Reis Rosa.

Os dados da Coleção 9 de mapas anuais de cobertura e uso da terra foram consolidados a partir do monitoramento de 29 mapas com análises, por exemplo, da cobertura do solo e uso da terra, a partir de diferentes recortes de território, como biomas, municípios, terras públicas e privadas. Na publicação, há novos mapas como o recorte de fitofisionomias, que são as características das vegetações regionalizadas, por exemplo.

Biomas

A partir desse volume de informação, os pesquisadores chegaram à conclusão de que o Brasil manteve até 2023 apenas 64,5% da vegetação nativa, além das superfícies de água e áreas naturais não vegetadas, como praias e dunas, que correspondem a 2,5% do seu território.

No Pantanal houve uma perda significativa na superfície de água, que em 1985 representava 21% dos 15,1 milhões de hectares do bioma no Brasil. Em 2023, a água passou a representar apenas 4% do território pantaneiro. Já as áreas de vegetação herbácea e arbustiva aumentaram de 36% em 1985 para 50% do bioma em 2023

De acordo com o pesquisador Eduardo Vélez Martín, os dados disponibilizados na plataforma Mapbiomas permitem compreender a dinâmica territorial de maior ou menor aceleração da taxa de perda ao longo do tempo. "A gente vê por exemplo que o Cerrado e o Pampa têm uma perda proporcional muito alta, praticamente em torno de 27% e 28% do que tinha em 1985. Isso mostra uma tendência muito grande e acelerada de mudança nesses 39 anos, em contraste com outros biomas, por exemplo o Pantanal", diz.

Florestas públicas

Pela primeira vez, foi reali-

zado um recorte na perda de cobertura vegetal das florestas públicas não destinadas, ou seja, aquelas em que a União ainda não definiu o uso da terra, como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e concessões florestais e que representam 13% da Amazônia Legal. Atualmente, essas florestas ainda mantêm 92% de sua área coberta por vegetação nativa.

Já nas florestas públicas destinadas, as Terras Indígenas são as áreas mais preservadas no país, onde a perda de vegetação nativa foi equivalente a menos de 1% em 39 anos. Elas correspondem a 13% de todo o território nacional.

PARQUE RIO NEGRO

'Manaus Circus Sonante' apresenta banda Alaídenegão

DIVULGAÇÃO

Em Tempo

O pôr do sol no Parque Rio Negro, na orla do São Raimundo, vai ser cenário para o show da banda Alaídenegão neste sábado (24), às 17h, na programação do "Manaus Circus Sonante". O projeto reúne artistas do cenário alternativo de diferentes gerações para circular na cidade com espetáculos musicais inspirados no universo circense.

A apresentação, com acesso gratuito, vai compor uma websérie documental, dividida em quatro episódios, numa parceria com a La Xunga Produções. O "Manaus Circus Sonante", contemplado no Edital de Fomento às Artes e Cultura 2023 - Lei Paulo Gustavo, tem o apoio do Governo do Amazonas, por meio do Conselho Estadual de Cultura e da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, e do Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura.

"É muito importante participar de projetos como esse, porque o mercado musical de Manaus ainda é muito precário e necessita de investimentos para ser mais sustentável", afirma Rafael Ângelo, vocalista e guitarrista da Alaídenegão e um dos idealizadores do projeto.

Rafael Ângelo destaca que, além dos shows, a proposta tem entrevistas com artistas do cenário autoral e independente. Ele explica que a iniciativa faz uma alusão ao circo como espetáculo, sempre em movimento, e é uma forma de demonstrar a potência criativa dos participantes.

"Somos a terceira banda dentro do projeto e estamos felizes com a possibilidade de viabilizar e divulgar esse material de outros artistas", pontua o músico, que divide o comando do "Manaus Circus Sonante" com Denilson Novo, guitarrista do grupo Os Tucumanus. "O Parque

Rio Negro é um lugar que sempre admiramos, que bom que conseguimos fazer o show nesse equipamento público, mais um cenário de Manaus", completa.

Apresentação no parque Após uma curta temporada em São Paulo e Espírito Santo, a Alaídenegão está de volta a Manaus. No repertório estão confirmadas músicas do EP "Abacaba", de 2023, o single "Uma Conquista" e as clássicas. "Vamos mesclar as clássicas com os últimos lançamentos da banda", comenta Rafael Ângelo.

Sobre as apresentações no Sudeste, o guitarrista conta que a Alaídenegão participou do Festival Movimento Cidade, em Vila Velha, no Espírito Santo, no mesmo dia do cantor Criolo.

"Foram novas possibilidades para ampliar o trabalho de divulgação do grupo por outras cidades do Brasil", comenta Rafael Ângelo. "Tocar nesse festival com



Após uma curta temporada em São Paulo e Espírito Santo, a Alaídenegão está de volta a Manaus

grandes artistas, representando o Amazonas, é uma conquista", conclui.

Manaus Circus Sonante
O próximo show acontece

no dia 31 de agosto, com Os Tucumanus, na Casa de Praia Zezinho Corrêa, na Ponta Negra, a partir das 17h. O acesso é gratuito. Em julho, a primeira parte

do projeto contou com o trio D'Água Negra no Parque Jefferson Péres e a cantora Márcia Novo no complexo viário Professora Isabel Victoria, viaduto do Manôa.

 **Clínica dos Palmares**
Av. Cosme Ferreira, 5360
Zumbi dos Palmares - Manaus

 **hapvida**

 **NotreDame
Intermédica**
Clínica Palmares

www.hapvida.com.br

Abrimos mais portas para um futuro com mais inclusão e acolhimento.

Nova unidade TEA
em Manaus.

São 50 salas em 3 unidades e diversas especialidades para que nossos clientes evoluam a cada dia.

Terapia Ocupacional

Fonoaudiologia

Fisioterapia

Nutrição

Psicologia

e muito mais

Onde há vida,

 **hapvida**

 **NotreDame
Intermédica**

Conheça
também nossas
outras unidades:

 **Clínica Adrianópolis**
Rua Teresina, 296
Adrianópolis - Manaus

 **Clínica Vieiralves**
Av. João Valério, 123
São Geraldo - Manaus



Classitempo

EMTEMPO

www.emtempo.com.br

LIGUE E ANUNCIE:  (092) 98859-0110/99969-1624 - Whatsapp

Comerciallemtempo@gmail.com

Classificadosemtempo@gmail.com

EMTEMPO

TRADIÇÃO E CREDIBILIDADE

ANUNCIE AQUI!

**EMTEMPO**
TRADIÇÃO E CREDIBILIDADECOMERCIALLEM
TEMPO@GMAIL.COMCLASSIFICADOSEM
TEMPO@GMAIL.COM(92) 98859-0110
COMERCIALMINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOSGOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2030440/2024**

A Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, em cumprimento com as orientações contidas na Constituição Federal (art. 70, parágrafo único), na Lei 8.443/1992 (art. 8º), Decreto 93.872/1986 (art. 66), IN/STN 01/1997 (art. 38, Inciso II), Instrução Normativa TCU nº 071/2012 (art. 3º) e Decisão Normativa - TCU nº 155/2016 (Anexo II, itens 2, 2.1 e 2.5), do Ato de Reprovação das Contas de Convênio nº 50/2018/SUFRAMA, Relatório de Caracterização de Dano, Parecer nº 8/2018/COFAP/CGDER/SAP, Parecer nº 14/2017/COFAP/CGDER/SAP, Parecer nº 8/2018/COFAP/CGDER/SAP, Parecer nº 1/2018/CGDER/SAP, Parecer nº 55/20018/COFAP/CGDER/SAP, Parecer nº 7/2019/COFAP/CGDER/SAP, Parecer nº 17/2019/COFAP/CGDER/SAP, Parecer nº 23/2019/CGDER/SAP, e Ato de Instauração de Tomada de Contas Especial nº 12/2019/SUFRAMA (documentos apensos ao Processo SEI/Suframa nº 52710.004667/2007-53) e demais normas legais e infralegais disciplinadoras das transferências de recursos federais, NOTIFICA a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL para que, no prazo de 15 dias, contados desta publicação, apresente defesa ou recorra aos Cofres da SUFRAMA, o valor do débito histórico de R\$ 1.560.777,21 (um milhão, quinhentos e sessenta mil, setecentos e setenta e sete reais, e vinte e um centavos), que devidamente atualizado monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, através do Sistema de Atualização de Débitos do Tribunal de Contas da União - TCU, perfaz o montante de R\$ 2.984.828,54 (dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais, e cinquenta e quatro centavos), sendo este o valor objeto de devolução.

No caso de recolhimento do valor do débito, esse deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, aos Cofres da SUFRAMA. E, ainda, que há a possibilidade de recolhimento do valor principal integral atualizado monetariamente, sem que ocorra a incidência de juros moratórios, nos termos do art. 13-A da IN/TCU nº 71/2012, além de parcelamento do referido débito, conforme estabeleceu o art. 10 da Lei 10.522/2002 e alterações, caso haja solicitação do responsável.

A SUFRAMA, mediante sua Comissão de Tomada de Contas Especial - COTCE (localizada nas dependências da Sede dessa Autarquia Federal, no Prédio Anexo I, sito à Av. Ministro Máio Andreazza, nº 1.424, Bairro Distrito Industrial, Manaus/AM, telefone 92 2020 1626, e-mail: cotce@suframa.gov.br), está à disposição para viabilizar o acesso aos autos, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou fornecer quaisquer outras informações acerca deste processo. Podendo ser realizado petição eletrônico, para tais fins, através do Sistema SEI, na condição de Acesso Externo SEI (<https://www.gov.br/suframa/pt/br/sistemas/sei>). Ou, ainda, solicitar, junto à COTCE, a disponibilização dos volumes do processo, em questão, via mídia eletrônica (pendrive, etc.). Processo nº 52710.004667/2007-53.

CARLITO DE HOLANDA SOBRINHO
Superintendente Adjunto de AdministraçãoPrefeitura de
Manaus**AVISO DE LICITAÇÃO**

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE SAÚDE torna público, para conhecimento dos interessados:

PREGÃO ELETRÔNICO N. 072/2024-CML/PM
(Processo n. 2024.01637.01412.0.005901 - SEMSA)

OBJETO Eventual Aquisição de Material Farmacológico (Metronidazol, Benzilpenicilina Benzatina, Clindamicina e outros), para atender a Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas - FDT e a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência, através do Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 073/2024-CML/PM
(Processo n. 2024.01637.01412.0.004633 - SEMSA)

OBJETO Eventual Aquisição de Material Laboratorial (Larvicida Biológico), para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência, através do Registro de Preços.

Editais disponíveis: a partir do dia 26/08/2024 às 15h.
Limite para recebimento das Propostas: dia 10/09/2024 às 09h45.
Início da sessão: dia 10/09/2024 às 10h00.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 074/2024-CML/PM
(Processo n. 2024.01637.01412.0.004928 - SEMSA)

OBJETO: Eventual Aquisição de Medicamentos para uso Veterinário (Cloridrato de Xilazina, Cetoprofeno e outros), para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência, através do Registro de Preços.

PREGÃO ELETRÔNICO N. 075/2024-CML/PM
(Processo n. 2024.01637.01412.0.003214 - SEMSA)

OBJETO: Eventual Aquisição de Insumos Laboratoriais (Agulha, Ágar, Polidiscos e outros), para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência, através do Registro de Preços.

Editais disponíveis: a partir do dia 26/08/2024 às 15h.
Limite para recebimento das Propostas: dia 11/09/2024 às 09h45.
Início da sessão: dia 11/09/2024 às 10h00.

Maiores informações:

Os Pregões Eletrônicos serão realizados em sessões públicas, através do Portal de Compras da Prefeitura de Manaus, com o endereço eletrônico compras.manaus.am.gov.br.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

Contato: 0xx-92-98802-3847, das 09 às 18h, e-mail: cml.se@mana.us.gov.br.

Manaus, 21 de agosto de 2024

SILVANA MARIA NEGREIROS DA SILVA
Presidente da Subcomissão de Saúde
da Comissão Municipal de Licitação - CML